
Legislação Fiscal

Orçamento do Estado para 2010

- [Lei n.º 3-B/2010. D.R. n.º 82, Suplemento, Série I de 2010-04-28](#)

Assembleia da República

Orçamento do Estado para 2010

Salientamos as principais alterações:

IRC:

Redução do prazo de reporte de prejuízos fiscais de seis para quatro anos

Eliminação do regime simplificado de tributação, com efeitos a 2011

Imposto liquidado não pode ser inferior a 75% (antes 60%) do montante que seria apurado na ausência de benefícios fiscais

Mantém-se em 2010 a isenção de mais valias fiscais nas empresas transportadoras que efectuem reinvestimento em veículos novos

O limite das depreciações das viaturas ligeiras de passageiros ou mistas passa a ser fixado por portaria

Os títulos do Estado português deixam de ser elegíveis para efeitos de reinvestimento dos valores de realização de transmissão onerosa de partes de capital

Benefícios fiscais:

O benefício fiscal relativo a IMI e IMT passa a ser aplicável apenas aos prédios integrados em fundos de investimento imobiliários abertos

Imposto do selo:

Eliminação de diversas verbas, nomeadamente: escritos sobre contratos, actos notariais, constituição, transformação e aumento de capital nas sociedades comerciais, licenças, publicidade

IVA:

Possibilidade de recuperação de IVA sobre créditos considerados incobráveis nos casos de acordo obtido em procedimento extrajudicial de conciliação

Regime Geral das Infracções tributárias

Utilização de programas ou equipamentos informáticos de facturação não certificados pela DGCI, punido com coima entre 250€ e 12.500€

Outra Legislação

Juros de mora

- [Lei n.º 3/2010. D.R. n.º 81, Série I de 2010-04-27](#)

Assembleia da República

Estabelece a obrigatoriedade de pagamento de juros de mora pelo Estado pelo atraso no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária

Programas operacionais

- [Decreto-Lei n.º 37/2010. D.R. n.º 76, Série I de 2010-04-20](#)

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 81/2008](#), de 16 de Maio, que estabelece o enquadramento nacional dos apoios a conceder ao sector da pesca no âmbito do Programa Operacional Pesca 2007-2013, designado por PROMAR

- [Portaria n.º 238/2010. D.R. n.º 83, Série I de 2010-04-29](#)

Ministérios da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e do Trabalho e da Solidariedade Social

Estabelece o regime de concessão dos apoios técnicos e financeiros da medida INOV-Export e define as respectivas normas de funcionamento e acompanhamento, e aprova o Regulamento da Medida INOV-Export

Informações Administrativas

Ofício-Circulado n.º 20145/2010 - 05/04 - DSIRC

IRC - Taxas de Derrama lançadas para cobrança em 2010 - Exercício de 2009

Direcção de serviços do IRC – Nota informativa

Regras de preenchimento do Anexo C da declaração periódica de rendimentos modelo 22 – exercício de 2009 – aplicação das taxas regionais

CIRC – artº 18º

Informação vinculativa – 05-04-10 Obras efectuadas por conta própria e vendidas fraccionadamente

SEGUROS

Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 5/2010-R de 1 de Abril

Estabelece a informação que deve ser divulgada sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização das empresas de seguros e resseguros e sociedades gestoras de fundos de pensões

NOTÍCIAS

Comunicado Ministério das Finanças e da Administração Pública de 01-04-10

O Ministério das Finanças passou disponibilizar na Internet a emissão de certidões de dívidas e de inexistência de dívidas a todos os contribuintes. A emissão dessas certidões por essa via é totalmente gratuita, contrariamente às emitidas em papel nos Serviços de Finanças, que são pagas.